



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CÂMPUS III - GUARABIRA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

KATIÚSCIA KARLA DE OLIVEIRA LIMA

REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DO(A) CUIDADOR(A) ESCOLAR.

**Guarabira
2020**

KATIÚSCIA KARLA DE OLIVEIRA LIMA

REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DO(A) CUIDADOR(A) ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Ma. Débora Regina Fernandes Benício.

**Guarabira
2020**

L732r Lima, Katiúscia Karla de Oliveira.
Reflexões sobre a atuação do(a) cuidador(a) escolar
[manuscrito] / Katiúscia Karla de Oliveira Lima. - 2020.

18 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Humanidades , 2020.

"Orientação : Profa. Ma. Débora Regina Fernandes
Benício , Coordenação do Curso de Pedagogia -CH."

1. Cuidador escolar. 2. Inclusão. 3. Alunos com
deficiência.

I. Título

21. ed. CDD 371.115

KATIÚSCIA KARLA DE OLIVEIRA LIMA

REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DO(A) CUIDADOR(A) NA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso
(Artigo) apresentado à Coordenação
do Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do
título de licenciada em Pedagogia.

Área de concentração: Fundamentos
da Educação e Formação Docente

Aprovada em: 05/11/2020.

BANCA EXAMINADORA

Débora Regina Fernandes Benício

Profª. Ma. Débora Regina Fernandes Benício (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/CH/DE)

Joana Dar'k Costa

Profª. Ma. Joana Dar'k Costa (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/CH/DE)

Verônica Pessoa da Silva

Profª. Dra. Verônica Pessoa da Silva (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/CH/DE)

Essa monografia a minha avó materna Geni Ribeiro dos Santos (*in memoriam*) e a minha tia avó materna Iraci Ribeiro dos Santos (*in memoriam*). Palavras jamais serão o suficiente para explicar o significado de vossas existências em minha vida, sendo bênçãos de Deus e hoje estrelas que estão sempre a iluminar minha vida, DEDICO.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CNE - Conselho Nacional de Educação

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.

LDB - Lei de Diretrizes e base da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

PAEE - Professor de apoio Educacional Especializado

PNE - Plano Nacional de Educação

TGD - Transtorno Global do Desenvolvimento

Sumário

1 INTRODUÇÃO	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 Breve Histórico da Educação Especial no Mundo	10
2.2 A educação Especial no Brasil	13
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO: A INCLUSÃO E O CUIDADOR EDUCACIONAL.....	15
4 CONCLUSÃO	16
REFERÊNCIAS	17

REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DO (A) CUIDADOR (A) ESCOLAR

Katiúscia Karla De Oliveira Lima¹

RESUMO

Atualmente a escola tem apresentado mudanças significativas em relação à inclusão com vistas à permanência dos alunos com deficiência e aqueles que necessitam de cuidados especiais na escola regular. Nesse sentido, este estudo tem por objetivo geral, realizar um levantamento bibliográfico e documental acerca do trabalho do (a) cuidador (a) nas escolas da rede regular de ensino. Para tanto, foram delineados os seguintes objetivos específicos: a) apresentar um breve histórico da inclusão escolar; b) discorrer sobre a função de cuidador (a) de alunos com deficiência; c) identificar suas contribuições. Este estudo, de natureza qualitativa, teve como fonte de informações o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.94/96, O Guia prático do Cuidador e textos de autores tais como: Lima, (2016) Mantoan (2019), Pino (2013), Fonseca (2016), entre outros. Na conclusão, observou-se que poucos estudos têm se dedicado ao objetivo de pesquisar sobre a função, a formação e a importância do cuidador escolar apesar dos avanços registrados nos marcos legais sobre educação inclusiva como direito de todos. Essa constatação, reforça a necessidade de estudos que possam contribuir para ampliar a discussão sobre o cuidador escolar na inclusão de alunos com necessidades especiais.

Palavras-Chave: Cuidador escolar. Inclusão. Alunos com deficiência.

ABSTRACT

Nowadays, the school has shown significant changes in relation to inclusion with a view to the permanence of students with disabilities and those who need special care in regular schools. In this sense, this study has the general objective of conducting a bibliographic and documentary survey about the work of the caregiver in schools in the regular teaching network. Therefore, the following specific objectives were outlined: a) to present a brief history of school inclusion; b) talk about the role of caregiver of students with disabilities; c) identify your contributions. This qualitative study was based on the Statute of Persons with Disabilities, the Law of Directives and Bases of Education (LDB) 9.94 / 96, The Practical Guide for Caregivers and texts by authors such as: Lima (2016), Mantoan (2019), Pino (2013), Fonseca (2016)

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, pela Universidade Estadual da Paraíba. katiusciakarla@outlook.com

among others. In conclusion, it was observed that few studies have been dedicated to the objective of researching the role, training and importance of school caregivers in despite of the advances registered in the legal frameworks on inclusive education as a right for all. This finding reinforces the need for studies that can contribute to broaden the discussion about school caregivers in the inclusion of students with special needs.

Key words: School caregiver. Inclusion. Students with disabilities.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo apresentar reflexões sobre a atuação do cuidador educacional na escola regular. Surgiu pela necessidade de conhecer a respeito de quem é o cuidador. O que ele faz? Quais alunos necessitam da assistência do cuidador?

A Educação Especial é uma modalidade que tem por objetivo, ofertar e buscar novas estratégias no atendimento educacional especializado, que tem início na Educação Infantil e se estendendo ao longo da vida.

Inclusão Escolar é um acontecimento que vem alcançando resultados importantes para a educação. Com as políticas educacionais para as pessoas com necessidades especiais e o advento da inclusão para todos, esse público está conseguindo seu lugar na sociedade e na escola.

A inclusão objetiva a inserção de todos os alunos nas salas de aula do ensino regular desde criança, e propõe uma organização do sistema educacional considerando as necessidades de cada um (MANTOAN, 2016). Todas as crianças devem estar matriculadas na escola, independente de condições sociais, raça, crença ou deficiência.

O ensino e aprendizagem na Educação Inclusiva para as pessoas com necessidades especiais exige adaptação de atividades e mudanças para que as crianças sejam tratadas de acordo com suas diferenças. Para isso o “ensino deve ser organizado de forma que compreenda as variadas capacidades” (BEYER, 2005, p. 29).

Todos os anos surgem na escola alunos que precisam de atendimento educacional especializado, exigindo a demanda do cuidador escolar, o qual pode ter denominações diferentes para especificar sua função.

Nesse sentido entende-se por cuidador, a pessoa que cuida, dá assistência com dedicação e responsabilidades (BRASIL, 2008). Cuidar é mais que servir, é oferecer apoio através dos serviços prestados, é praticar o cuidado. Cuidar é também perceber as subjetividades das pessoas, saber dos seus gostos, afetos, sua dor e limitação. O cuidador é um profissional que busca novas estratégias de apoio ao educando com deficiência.

A implementação desse recurso humano é fundamental para garantir a inserção, permanência e inclusão escolar dos estudantes, Público-Alvo da Educação Especial (PAEE). Nesse sentido, a presença do cuidador nas escolas tem ganhado destaque, mesmo que existam muitas denominações para defini-los. Vejamos algumas: “profissionais de apoio escolar”, “cuidador”, “auxiliar”, “acompanhante”. Nesse trabalho nós o chamaremos de cuidador escolar.

Nessa perspectiva, entende-se que é a partir, também, da contribuição desse profissional que a inclusão pode avançar. Assim sendo, percebe-se a necessidade de avaliar e colocar em prática a pesquisa sobre o cuidador educacional.

Isto posto, este trabalho apresenta o seguinte problema de pesquisa: o cuidador escolar de alunos com deficiência tem contribuído para com o processo de inclusão nas escolas da rede regular de ensino?

Então, este trabalho tem como objetivo geral realizar uma pesquisa bibliográfica. Para tanto, foram delineados os seguintes objetivos específicos: a) apresentar um breve histórico da inclusão escolar; b) discorrer sobre a função de cuidador de alunos com deficiência; c) falar sobre suas contribuições.

Esta pesquisa é de natureza qualitativa e segundo Minayo (2011), “responde as particularidades das ciências sociais”. Foi utilizada a pesquisa bibliográfica “[...] procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta” (FONSECA, 2002, p. 32 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 37). Logo, consultamos textos de autores tais como: Mazzotta (2011), Aranha (2004), Pavão (2019) entre outros.

Também foram consultados documentos legais diversos, entre eles: a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 9.394/96 a Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB), entre outros documentos oficiais.

Este trabalho está dividido da seguinte forma: no primeiro momento realizamos uma revisão bibliográfica no intuito de encontrar aportes teóricos que discutam a temática e ajudem a subsidiar as informações, no segundo momento análise que será realizada no enfoque de documentos oficiais; a seguir o registro dos resultados e a discussão. Por fim, apresento as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção trataremos os aspectos históricos da educação das pessoas com deficiência no mundo e no Brasil, e falaremos sobre o papel dos cuidadores escolares.

2.1 Breve Histórico da Educação Especial no Mundo

A educação das pessoas com deficiência, durante muito tempo, foi negligenciada e, em vários momentos históricos, as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência eram excluídas e marginalizadas da sociedade. A falta de conhecimento sobre o assunto contribuiu para que isso acontecesse por muitos anos.

A interação da sociedade com pessoas com deficiência se modificou ao longo da história da humanidade, conforme Lima (2006). Segundo Campos e Martins “Com a evolução humana, foi mudando a perspectiva em relação aos portadores de deficiências, conforme a evolução das sociedades” (CAMPOS; MARTINS, 2008 2019, p. 223, apud ANJOS; SILVA, 2019, p.03).

Na Antiguidade, as pessoas com deficiência eram consideradas subumanas. Isso incentivava consequências que marcaram a história de vida de deficientes. Essas pessoas eram rejeitadas e abandonadas nas praças públicas ou nos campos, fatos que negam o direito à própria vida. Os filósofos da época incentivavam essa prática.

Durante a Idade Média, acontecia o mesmo, o que passou a mudar, pois segundo Mazzotta (1997), com o cristianismo estas pessoas ganharam alma e, eliminá-las ou abandoná-las, significava atentar contra a divindade. Assim, ao longo da Idade Média são consideradas “filhos de Deus”.

No Século XIII, surgiu a primeira instituição para pessoas com deficiência, oferecendo tratamento com base na alimentação, exercícios e para minimizar os efeitos da deficiência (CAPELINE, 2018, p. 9).

Também na Idade Média acontecia um ato chamado Inquisição, que não tolerava e sacrificava pessoas com alguma deficiência ou problemas mentais.

A inquisição surgia por falta de conhecimento sobre o que é ser deficiente ou a não identificação de problemas mentais. (CORRÊA, 2010, p. 22). Era apoiada pela Igreja Católica Romana e buscou combater heresia, blasfêmia, bruxaria e costumes considerados desviantes.

Segundo Mazzotta (1997), a igreja católica contribuía para que as pessoas com deficiência fossem marginalizadas, os religiosos comparavam o homem à imagem de Deus “e Deus é perfeito”, logo os portadores de deficiências não eram considerados seres humanos, pois não eram perfeitos (p.16). Por esse motivo, muitas pessoas com deficiência eram abandonadas, contribuindo para sua morte.

No século XVI, as instituições religiosas começaram a oferecer assistência aos deficientes, como foi o caso das organizações Irmãs de Caridade e São Vicente de Paulo (CORRÊA, 2010, p. 24). Nessa época, as pessoas com deficiência ainda não tinham acesso à educação escolar. A forma de atendimento era assistencialista e em muitos casos clínico, onde os pesquisadores usavam essas pessoas para estudá-las. Mas, com o decorrer dos tempos muitos conceitos foram mudando e com eles os avanços voltados para os estudos de algumas doenças. Isso favorece a Idade Moderna, que segundo os médicos “a deficiência de saúde ficava a cargo dos médicos em se preocupar em buscar tratamento e a educação das pessoas que apresentavam a deficiência como eventos neurais” (MAZZOTTA, 1997, p. 37).

Contudo a visão da sociedade com relação às pessoas com deficiência demora a sofrer modificações, prevalecendo as atitudes religiosas. Esta é uma forma de ver os deficientes como pessoas incapazes de aprender ou de se desenvolver como outras pessoas. As pesquisas foram evoluindo, favorecendo cada vez mais as pessoas com deficiência. No Século XVIII, o médico Fodéré escreveu o “Tratado do bócio e do cretinismo”. Com ele trazia diferentes graus de retardo que eram associados à hereditariedade. Esse fator incentivou a segregação que tinha objetivo de oferecer tratamento médico (PESSOTTI, 1984, p.3, apud CAPELLINE, 2019, p.5).

Neste sentido a educação tinha a iniciativa dos médicos que achavam que as práticas educativas especiais curariam as deficiências. O século XIX foi muito importante para a educação das pessoas com deficiência. Surgiram algumas escolas especiais que se dedicavam à escolarização e ao tratamento especializado, o primeiro programa sistemático de Educação Especial (MENDES, 1995, p.4, apud CAPELLINE, 2019, p. 6 16).

Aos poucos começam a surgir as escolas para crianças com deficiências mentais. Segundo afirma Mendes (2015), ao mesmo tempo, nos Estados Unidos surge a criação de escolas comuns públicas, onde a maioria das crianças eram educadas.

No contexto dessas mudanças, conforme afirma Pavão (2015, p. 53), “surge a criação de classes de aulas especiais separadas nas escolas regulares para escolarizar aquelas crianças que ingressavam na escola comum, mas que não avançavam”.

E, assim, foi crescendo todo um sistema paralelo que impedia as crianças e jovens com deficiências de ingressarem nas escolas comuns dos seus bairros, até que cresceu o movimento contra essa segregação educacional que era praticada época.

Percebe-se com isso, que, aos poucos, a educação de deficientes vem alcançando um novo patamar na sociedade. Cabe lembrar, que a sociedade e, principalmente, os familiares lutavam para que a educação fosse direito de todos.

Em 1960, os Estados Unidos se tornam referência com o aumento significativo de instituições especializadas, como, por exemplo: escolas especiais, clínicas de habilitação, oficinas protegidas de trabalho, clubes sociais especiais, e associações desportivas especiais (ARANHA, 2000). Isso favoreceu o campo da Educação Especial.

A educação escolar nas décadas de 1960 e 1970 abre as portas para a integração, que tinha por objetivo expandir o acesso à escola aos deficientes.

Nessa sequência, nas décadas de 1980 e 1990 tem início a discussão sobre inclusão escolar. Assim, de acordo com Stainback & Stainback (1984, p. 32, apud VOIVODIC, 2006, p. 23): “Na década de 1980 surge a ideia de promover uma fusão entre os sistemas de educação regular e especial. Aparece a expressão inglesa *full inclusion*, que traduz as propostas que buscavam a fusão do ensino regular e especial”. Essa proposta objetivava inserir todos os alunos com deficiência na escola regular, sem limitações ou separação dentro da escola. E ainda:

O movimento de inclusão ganhou novo ímpeto na década de 1990, com a criação de uma organização internacional, a *Schools are for Everyone*, composta por membros de diversos países, cujo objetivo era promover a inclusão em escola mundial (VOIVODIC, 2004, p. 23).

Ainda na década de 1990, um documento importante contribui para com as políticas públicas voltadas para as pessoas com necessidades educativas especiais: a Declaração de Salamanca de 1994, que foi elaborada durante uma Conferência Mundial sobre Educação Especial na Espanha (ARANHA, 2003, p. 18). Com a Declaração de Salamanca os governos de muitos países tinham que fazer melhorias educacionais para as pessoas com deficiência, desenvolver projetos e incentivar experiências escolares integradoras, criando mecanismo de ensino de crianças, jovens e adultos com necessidades especiais.

A Conferência de Salamanca foi uma oportunidade para a educação especial garantir a “educação para todos”. Ela afirma a discussão da prática e garantia de inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais e seus lugares de direito numa sociedade de aprendizagem (MENEZES, 2001)

Essa conquista é importante porque durante muito tempo os deficientes não tinham espaço na sociedade. Ficavam em suas casas, em asilos ou hospitais segregados. Eram tratados como incapazes de conviver com os outros e de aprender na escola em sala de aula comum.

Diferente desta situação, a escola inclusiva propõe que todos os alunos aprendam juntos independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentam. Mas é necessário que existam apoio social e político para fazer com que as necessidades dos alunos sejam consideradas.

2.2 A educação Especial no Brasil

No Brasil as experiências com a Educação Especial têm início no Século XIX, inspiradas em experiências norte-americanas e europeias. Foram surgindo brasileiros que se dispuseram a organizar e a implementar ações isoladas e particulares para atender as pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais. (MANTOAN, 2018, p. 2). Essas ideias chegaram ao Brasil, incentivadas por experiências de países que nesse período faziam atendimento clínico e especializado de assistência às pessoas com deficiências mental, físicas e sensoriais.

A primeira Constituição Federal de 1822 foi um documento muito importante que instruiu a educação primária e gratuita para todos. Desse modo as crianças com deficiência ganham o direito de frequentar a escola (JANNUZZI, 2006, p.12). Esse foi o primeiro passo para a educação se tornar popular, mas essa lei não especificava os tipos de educação. Portanto, a lei definia que todos poderiam estudar, mas as pessoas com deficiências ainda eram excluídas pela referida Constituição.

A educação para os deficientes é colocada em prática pela primeira vez com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, com o Decreto nº. 1.428 de 12 de setembro de 1854 (JANNUZZI, 2016, p. 11). Com a criação desse instituto e de fundações, outras instituições também foram sendo criadas através de decretos que possibilitavam aos deficientes frequentar o ensino primário ou secundário. A maioria dos institutos também abrigavam os cegos abandonados pelos seus familiares.

De 1957 a 1993 muitas mudanças marcaram as iniciativas oficiais voltadas para a educação em nível nacional.

Nos anos de 1960, 1970 e parte dos anos de 1980 surge a oportunidade de integração escolar, ou seja, os alunos eram inseridos em classes especiais dentro da escola regular. Esse acontecimento é de grande importância, uma vez que colaborara para a entrada dos deficientes dentro da sociedade escolar, mesmo que a integração fosse feita em salas que separavam esses alunos dos demais.

Em 1961 um importante documento oficial, fixa Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a (LDBEN) Lei nº. 4.024/1961 destaca o atendimento educacional às pessoas com deficiência, na época se chamavam “excepcionais”. Segundo esse documento, a Educação de excepcionais deveria se enquadrar no Sistema Geral de Educação, mas em classes especiais. Neste caso, temos a integração escolar.

No Final da década de 1980, com a Constituição Federal de 1988, os estudantes portadores de deficiência, passam a estudar preferencialmente na rede regular de ensino. No Art. 205, descreve a educação como um direito de todos e dever do Estado, visando o pleno desenvolvimento da pessoa. Com isso os Estados Brasileiros ficam incumbidos de prestar atendimento educacional à todas as pessoas, incluindo assistência a os portadores de deficiência que viam uma oportunidade de frequentar as escolas por meio de iniciativa concreta. Surge então, a inclusão escolar, que nasce a partir de uma discussão internacional acerca do direito de todos à educação escolar.

Em 1994, o Brasil participou da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, reafirmando o direito de todos pela educação e dever dos governos disponibilizá-la (ARANHA, 2003. p. 16). Esse acontecimento envolvia muitos países que buscavam melhorias para educação de deficientes e expansão do atendimento educacional.

A partir das contribuições deste movimento internacional, na década de 1990, a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) nº. 9.394/1996, artigo 58 traz a seguinte definição de Educação Especial:

Entende-se por educação especial, uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.(BRASIL, 1996).

Logo no parágrafo 1º garante que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. O referido documento, no citado artigo, determina no parágrafo § 2º que “O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular”.

Segundo esse mesmo artigo, no parágrafo § 3º “A oferta de educação especial, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018)”. Cabe ressaltar que na Constituição Federal de 1988, o ensino obrigatório tem início na educação infantil sendo ofertado para todas as crianças a partir de 4 anos de idade.

O artigo 59 da LDB de 1996 estabelece para o público alvo da Educação Especial a garantia de currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica. Nessas circunstâncias, as adaptações curriculares constituem-se em medidas ou conjuntos de medidas que buscam flexibilizar e adequar o currículo geral.

Além da Constituição Federal Brasileira e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDBEN, Lei Federal nº. 9.394 de 1996, existem outras leis que regulamentam a educação para os deficientes, altas habilidades ou superdotação, entre elas: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei Federal 8.069 de 1990); a Lei Federal nº. 7.853/1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência; a Resolução CEB/CNE nº 01, de 11 de setembro de 2001, que institui as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Especial na educação básica; e a Lei 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

Existe também a Lei Brasileira de Inclusão, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, de 2015 que trata de diversos aspectos relacionados à inclusão das pessoas com deficiência. A referida Lei, no capítulo IV, garante o acesso à Educação e traz avanços importantes, como a proibição da cobrança pelas escolas de valores adicionais pela implementação de recursos de acessibilidade.

Na década de 2000, o Congresso Nacional sancionou o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001-2010, pela Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Nele havia metas, o atendimento voltado às pessoas com deficiência a partir de uma modalidade de educação: a “educação especial”, que se destina às pessoas com necessidades especiais no campo da aprendizagem, originadas quer de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, quer de características como altas habilidades, superdotação ou talentos. O mais recente PNE é o de 2014-2024, Lei 13.005/2014, que também estabelece novas metas para este atendimento entre 2014 e 2024.

Para que esta legislação se efetive para essas pessoas, que são o seu público-alvo, faz-se necessário que as escolas implantem salas de recursos multifuncionais

(AEE), tenham acessibilidade, que haja compra de materiais e equipamentos de tecnologia assistiva para sua inclusão e também se disponibilize pessoal de apoio em sala de aula.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO: A INCLUSÃO E O CUIDADOR EDUCACIONAL

A Inclusão Escolar é um acontecimento que vem alcançando resultados importantes para a educação. Com as políticas educacionais voltadas para as pessoas com necessidades especiais e o advento da inclusão para todos os estudantes da Educação Especial, esse público está conseguindo seu lugar na sociedade e na educação escolar.

A inclusão objetiva a inserção de todos os alunos nas salas de aula do ensino regular, desde criança e propõe uma organização do sistema educacional considerando as necessidades dos alunos (MANTOAN, 2016). Todas as crianças devem estar matriculadas na escola, independente de condições sociais, raça, crença ou deficiências.

O ensino e aprendizagem voltados para a educação inclusiva para as pessoas com necessidades especiais exige adaptação de atividades, mudanças metodológicas para crianças diferentes serem tratadas de acordo com sua diferença. Para isso, o “[...] ensino deve ser organizado de forma que compreenda as crianças em suas variadas capacidades” (BEYER, 2005, p. 29).

Todos os anos surgem na escola alunos que precisam de atendimento educacional especializado, exigindo diversas demandas, uma delas é a atuação de um profissional para apoio nas atividades cotidianas desses alunos, além do professor, o cuidador escolar. Este profissional pode ter denominações diferentes para especificar sua função.

Nesse sentido, entende-se por cuidador, a pessoa que cuida, dá assistência com dedicação e responsabilidades (BRASIL, 2008). “Cuidar é mais que servir, é oferecer apoio através dos serviços prestados, é praticar o cuidado”. Cuidar é também perceber as subjetividades das pessoas, saber dos seus gostos, afetos, sua dor e limitação.

A contratação deste profissional, aqui chamado de cuidador escolar, é fundamental para garantir a inserção, permanência e inclusão escolar dos estudantes, Público-Alvo da Educação Especial (PAEE). Nesse sentido, o cuidador tem ganhado destaque, mesmo que existam muitas denominações para defini-los, tais como: “profissionais de apoio escolar”, “cuidador”, “auxiliar”, “acompanhante”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96, afirma que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos, currículo, métodos, recursos para atender às suas necessidades. As Diretrizes são importantes para ampliar a garantia da educação especial e realizar o atendimento educacional especializado, e o cuidador vem sendo um dos recursos, muito utilizados nas escolas.

Para Lopes (2018, p. 20), as legislações, políticas públicas e documentos, não são suficientes para garantir inclusão escolar. “É necessário modificar a realidade, buscar melhorias para garantir a escolarização desses alunos”. Sendo assim, o cuidador escolar é capaz de influenciar a permanência e o aprendizado dessas crianças no contexto escolar. Considerando que, sem o acompanhamento do cuidador, o aluno com necessidade especial na sala não se desenvolve como os demais, e em muitos casos desiste de frequentar a escola.

É pensando nessa realidade que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva objetiva assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, ou que necessitem do cuidador, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, aprendizado e continuidade no ensino (BRASIL, 2018, p.14). Para garantir essa inclusão e os objetivos da política nacional da educação especial, surge como recurso a figura do cuidador escolar, para viabilizar o processo de inclusão escolar para os alunos que precisam desse tipo de apoio.

Nessa perspectiva, cuidadores também são profissionais que atuam junto à equipe escolar, dão apoio necessário aos estudantes com deficiência e/ou TGD e que, necessitam de mediação nas atividades de alimentação, locomoção/mobilidade e higienização e necessidades (EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, 2018).

Apesar das inúmeras atribuições dadas a eles, os requisitos para sua contratação são simples, sem exigência de graduação. Nesse caso para ser um cuidador é necessário: “Certificado de conclusão, histórico ou diploma de curso de nível médio, expedido por instituição de ensino regularizada pelo órgão do sistema de ensino Ministério da Educação ou Secretaria de Educação” (EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, 2018).

O cuidador surge com a necessidade das novas demandas da inserção das necessidades especiais e da implementação da política de inclusão escolar. Mas a função do cuidador não se limita no apoio ao estudante, é mais que isso, é dar atenção, prestar o cuidado de forma individualizada, pondo em prática ideias, conhecimentos e criatividade, levando em consideração as particularidades e necessidades da pessoa a ser cuidada.

4 CONCLUSÃO

Pode-se afirmar que existe a necessidade de mais estudos que incluam os cuidadores como fonte de pesquisa, e que trabalhem em sala de aula nas escolas públicas de ensino regular e que, além disso, aprofundem conhecimentos sobre sua importância no dia a dia. São profissionais que estão sendo requisitados nas escolas pela possibilidade de a educação inclusiva ter se expandido nas últimas décadas, deparando-se com um mundo oportuno para todos, em especial às pessoas com deficiência. Além disso, os resultados mostram de forma mais abrangente o percurso que as pessoas com deficiência e as políticas de inclusão vem traçando para alcançar seu público-alvo a partir de suas histórias pessoais.

Por fim, considera-se importante ressaltar que a pesquisa teve limitações, falta de documentos que regulamentem e valorizem a profissão do cuidador. Dessa forma, há a necessidade de outros estudos como dissertações e teses, para aprofundar essa discussão.

Nesse sentido, cabe aos cuidadores acompanharem e auxiliarem o estudante com deficiência no desenvolvimento das atividades, cuidando para que ele tenha suas necessidades básicas atendidas.

Ainda há muito o que ser feito quando se trata de inclusão escolar, as pessoas com deficiência ou com necessidades específicas de aprendizagem precisam de incentivo e políticas públicas eficazes, que garantam boa aprendizagem para que todos possam continuar a estudar. É preciso que a escola identifique os alunos, conheça suas limitações e reivindique aos governantes a assistência do cuidador na sala de aula. Através disso, será possível proporcionar uma educação que priorize as diferenças e busque métodos de ensino eficazes. Nesse sentido, este trabalho apresentou reflexões sobre o profissional cuidador na sala de aula de ensino regular.

Este estudo mostra que apesar da existente demanda da inclusão social para os educandos com deficiência e com necessidades educacionais específicas, é necessário que eles tenham os cuidados e assistência do cuidador. No entanto, esse profissional ainda é pouco conhecido fora do ambiente escolar e, até mesmo, em algumas escolas. Podemos concluir que nós, educadores, devemos sempre buscar o novo para aprimorarmos nossas práticas de acordo com as problemáticas que surgem em sala de aula.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Maria Aparecida Mendes dos; SILVA, Luciana de Araújo Mendes. **Breve resumo do itinerário histórico da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: <https://doi.galoa.com.br/sites/default/files/10.21745/ac06-04.pdf> Acesso em: 29 de novembro de 2019.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Declaração de Salamanca**: recomendações para a construção de uma escola inclusiva / SEESP/MEC Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie3pdf> Acesso em: 31 fev. 2020.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Educação inclusiva**. 4. ed. SEESP/MEC: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola**: de alunos com necessidades educacionais especiais. Mediação, 2005.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia prático do cuidador**, Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Saúde – Brasília, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 02 mar. 2020.

BRASIL. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.396, de 20 de dezembro de 1996. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018.

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Guia prático do cuidador**. Normas e Manuais Técnicos) Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/guia_pratico_cuidador.pdf Acesso em: 28 nov. 2019.

CAPELLINE, V. L. M. F. **História da Educação Especial**: em busca de um espaço na história da educação brasileira 2019. – (UNESP/Bauru). Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7 Acesso em: 28 out. 2019.

CONGRESSO NACIONAL: **Estatuto do Portador de Deficiência e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 10 jul. 2020.

CORRÊA, M. Maria. Ângela. **Educação Especial**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. vol. 1.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO. **Estabelece Normas para recrutamento, seleção e contratação, em regime de designação temporária, para o cargo de cuidador**. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Media/PortalES/PDF/EDITAL%20%2004-2018%20CUIDADOR.pdf> Acesso em: 01 ago. 2020.

FONSECA, Vitor da. **Dificuldades de Aprendizagem**: Abordagem neuro psicopedagógica. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**: Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf> Acesso em: 05 de jul. de 2020.

INCLUSÃO. **Revista da educação Especial**; Secretaria de Educação Especial: out. 2005.

JANNUZZI, Gilberta. S. de Martino. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios o início do século XXI. Campinas SP: Autores Associados, 2016.
LIMA, Priscila, Augusta, **Educação Inclusiva e igualdade Social**. São Paulo; Avercamp, 2016.

LOPES, Mariana M. **Perfil e atuação dos Profissionais de apoio à Inclusão Escolar**, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/luana/Downloads/LOPES> Acesso em: 01 nov. 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A educação especial no Brasil – da exclusão à inclusão escolar**. Universidade Estadual de Campinas Faculdade de Educação, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência.** Inclusão de pessoas com necessidades especiais no Brasil. Disponível em: <https://acessibilidade.ufg.br/up/Maria-Teres/Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf?1473202907>. Acesso em: 31 out. 2019.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MAZZOTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas.** São Paulo, 2011.

MEC. Política Nacional de Educação Especial numa Perspectiva de Educação Inclusiva. Disponível em: <

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192> Acesso 15 jul. 2020.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A escola e a inclusão social na perspectiva da educação especial.** 2015. Disponível em:

file:///C:/Users/luana/AppData/Local/Temp/Pe_Eniceia_EducacaoEspecial.pdf

Acesso em: 29 out 2019.

MENEZES, Maria Christine Berdusco. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: Contribuições ao Professor do Ensino Regular,** 2019. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br> acesso em: 02 nov. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PAVÃO, Ana Cláudia de Oliveira; PAVÃO, Silvia Maria de Oliveira. **Práticas educacionais inclusivas na educação básica** – Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2019. Disponível em: <https://www.ufsm.br/orgaos-executivos/Praticas-Educacionais-Inclusivas-na-Educacao> Acesso: 31 out. 2019.

PINO, Ivany Rodrigues Pino; ZAN, Dirce Djanira Pacheco e (Organização). **Plano Nacional da Educação (PNE): questões desafiadoras e embates emblemáticos** Brasília, DF: Inep, 2013.

POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA. **LABORATÓRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ENSINO E DIVERSIDADE** – LEPED/UNICAMP. Apresentar as principais concepções da Educação Especial 1999. Disponível em:

<http://www.unirio.br/cch/escoladeturismologia/pasta-virtuais-de-docentes/maria-angela-monteiro-correa/educacao-especial-textos-da-disciplina/aula-2> Acesso em: 30 out. 2019.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. **Inclusão um guia para educadores.** Porto Alegre: Arimed, 1999.

VOIVODIC, Maria Antonieta M. A. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down.** Vozes, 2004.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar, por estar sempre ao meu lado em todos os momentos. Por ter iluminado meu caminho para que pudesse concluir mais uma etapa da minha vida, dando-me forças diante das dificuldades por mim enfrentadas, e me fazendo chegar ao fim dessa jornada, concedendo-me a oportunidade de vivenciar experiências inesquecíveis.

Aos meus pais, Agamenon Carlos de Lima e Maria das Graças de Oliveira Lima, que sempre me apoiaram, rezaram e me incentivaram para continuar em todos os momentos, mesmo diante das dificuldades. Amo vocês.

Ao meu esposo Alex dos Santos Silva e ao meu filho José Allefe Oliveira Santos, que mesmo diante das dificuldades me apoiaram, incentivaram e suportaram meus estresses durante esse período.

Aos professores do Curso de Pedagogia – Campus III da UEPB, os quais fizeram parte de minha jornada com seus conhecimentos e ensinamentos, nos mostrando que somos capazes de fazer a diferença.

A professora Débora Regina, pela disposição, competência, paciência, responsabilidade, comprometimento concedido a mim, durante todo esse período de pesquisa e elaboração desse belo trabalho acadêmico.

Enfim, a todas as pessoas que acreditaram em minha capacidade e competência, pessoas amigas que colaboraram direta ou indiretamente para realização desse trabalho, em especial a Karolyny Gomes Marques e Luana Santos.